

As preocupações morais com o consumo de pescados no Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII)

Moral Concerns About Fish Consumption in Brazil (16th, 17th and 18th Centuries)

JANAÍNA CARDOSO*

RESUMO Em cartas, crônicas e tratados escritos sobre a América Portuguesa entre os séculos XVI e XVIII, a fauna e a flora tornaram-se assuntos recorrentes e em geral, este território passou a ser admirado pela diversidade do seu mundo natural. Entre os autores responsáveis pelas narrativas em língua portuguesa houve um grande número de católicos que, em meio às informações sobre as missões evangelizadoras e a edificação de conventos e igrejas, dedicou-se a tratar das plantas e animais avistados nos trópicos. Neste estudo, voltar-nos-emos às impressões dos letrados católicos sobre os pescados brasílicos. Além de contemplarmos as descrições e tentativas dos portugueses em compreender as espécies nativas, exploraremos as preocupações morais de padres, freis e homens leigos sobre o consumo de alguns peixes ao longo dos períodos de

* <https://orcid.org/0000-0002-5774-4348>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Av. Eufrásia Monteiro Petráglio, 900, Jd. Dr. Antonio Petráglio, Franca, São Paulo, 14409-160, Brasil
cardosojanaina@live.com

abstinência sugeridos pela Igreja Católica. Assim, nosso intuito é abordar as recomendações, advertências e escrúpulos de homens católicos que foram atribuídos aos peixes-boi, tartarugas, jabutis e outras espécies durante os primeiros séculos de colonização portuguesa.

PALAVRAS-CHAVES América Portuguesa, Igreja Católica, natureza

ABSTRACT In letters, chronicles, and treatises written about Portuguese America between the sixteenth and eighteenth centuries, fauna and flora became recurring subjects, and in general, this territory came to be admired for the diversity of its natural world. Among the authors responsible for the narratives in Portuguese, there were a large number of Catholics who, amidst information about evangelizing missions and the construction of convents and churches, dedicated themselves to discussing the plants and animals sighted in the tropics. In this study, we will turn to the impressions of Catholic scholars about Brazilian fish. In addition to contemplating the descriptions and attempts of the Portuguese to understand native species, we will explore the moral concerns of priests, friars, and laymen about the consumption of certain fish during the periods of abstinence suggested by the Catholic Church. Thus, our aim is to address the recommendations, warnings and scruples of Catholic men that were attributed to manatees, turtles, tortoises and other species during the first centuries of Portuguese colonization.

KEYWORDS Portuguese America, Catholic Church, nature

INTRODUÇÃO

A relação entre os homens católicos e o mundo natural do Brasil pode ser mapeada nos primeiros relatos sobre a presença portuguesa nestas paragens. O Padre Manoel da Nóbrega, que desembarcou nos trópicos acompanhado por outros religiosos da Companhia de Jesus, em 1549, relata, em uma de suas primeiras cartas, que esta terra “tem muitas frutas e de diversas maneiras, e muito boas e que tem pouca inveja a de Portugal” e complementa, afirmando que “no mar mora muito bom pescado”

(Nóbrega, 1549, p. 135). As palavras redigidas por Nóbrega contaram com fins diversos: informar ao remetente da carta, Martin de Azpilcueta Navarro, acerca do que havia encontrado no outro lado do Atlântico e apresentar aos seus confrades os primeiros sinais da abundância de mantimentos, recursos fundamentais para o andamento da missão evangelizadora que estava sendo iniciada pelos jesuítas naquele ano.

Os religiosos que se deslocaram para o Brasil a partir da segunda metade do Seiscentos – como os membros da Companhia de Jesus, da Ordem dos Frades Menores, da Ordem do Carmo e da Ordem de São Bento (Leite, 2006; Martins, 2009; Souza, 2014; Willeke, 1974) – não realizaram suas viagens com propósitos de investigar a natureza, como ocorreu com os naturalistas e botânicos do Setecentos.¹ Os padres, freis e demais homens professos dedicaram-se, em geral, às atividades missionárias, conversão dos nativos e orientação espiritual aos colonos católicos. No entanto, em meio às práticas cristãs que envolviam a edificação de colégios, conventos e igrejas, estes católicos voltaram seu olhar ao mundo natural. Afinal, como sobreviver neste Novo Mundo sem conhecer as plantas e animais que seriam valiosos ao seu sustento ou que lhes serviriam para remediar dores e achaques? Em cartas, tratados, crônicas e sermões produzidos durante a sua permanência nos trópicos, estes homens registraram suas impressões acerca do clima, dos ares e dos animais e vegetais avistados.

Nestes relatos redigidos ao longo do Quinhentos, do Seiscentos e do Setecentos, não faltaram menções ao grande volume de águas – tanto pelas dimensões da costa litorânea, quanto pelos rios que cortaram os sertões – e conseqüentemente, à diversidade de pescados que por ali viviam. O Pe. Fernão Cardim, que escreve sobre o Brasil em finais do século XVI, pontua que os rios caudais desta província de Portugal eram “inumeráveis”, dotados de “águas de ordinário muito formosas, claras, e

1 A partir da segunda metade do século XVIII, diferentes homens letrados dedicaram-se à realização de expedições cujo principal objetivo era mapear, catalogar e identificar as principais potencialidades econômicas da fauna e flora brasileira. Entre os naturalistas que atuaram nestas incursões estiveram Alexandre Domingues Ferreira; Francisco Xavier Ribeiro Sampaio e o Frei José Mariano da Conceição Velloso. Ver: Conceição (2019); Kury (2004); Prestes (2000).

salutíferas”, além de serem “abundantes de infinidade de peixes de várias espécies, dos quais há muitos de notável grandura, e de muito apreço, e muito salutíferos, e dão-se aos doentes por medicina” (Cardim, 1925, p. 99). Em sua obra *Do Clima e Terra do Brasil*, Cardim evidencia que, em alguns períodos do ano, o volume de pescados excedia a quantia necessária ao sustento dos homens e, por isso, era comum que estes peixes fossem oferecidos aos animais domésticos, como os porcos que estavam em fase de “engorda” (Cardim, 1925, p. 100).

Os olhares católicos que analisaram os pescados brasileiros voltavam-se a um objetivo central: conhecer as benesses que o Criador legou às águas tropicais. Os pescados, assim como os animais terrestres e as aves, consistiam em parte valiosa deste mundo natural que servia ao sustento de homens salubres e doentes, e até mesmo, de outros animais. A abundância de seres aquáticos e a sua fácil captura contribuiu para que, em pouco tempo, as espécies que eram comuns em mesas e cozinhas coloniais tenham despertado a curiosidade e até mesmo a preocupação dos autores católicos. Nas páginas que seguem, abordaremos as indagações de padres, freis e homens leigos acerca dos pescados considerados “estranhos”² e que, em determinados momentos, poderiam atrapalhar a vida virtuosa dos católicos destas terras. A partir dos escritos produzidos em língua portuguesa entre os séculos XVI, XVII e XVIII, contemplaremos as visões católicas acerca dos peixes-boi, tartarugas e jabutis, bem como as preocupações morais e advertências que foram redigidas sobre a ingestão de suas carnes.

2 Cabe ressaltar que diferentes outros animais foram considerados estranhos pelos homens católicos que escreveram sobre a América Portuguesa. Em geral, os seres vivos mencionados como “estranhos” eram aqueles que em muito se distinguiram das espécies conhecidas na Europa ou que apresentavam aspectos ainda pouco compreendidos aos olhares europeus. Entre as espécies brasileiras que receberam tal denominação estiveram o guará e o beija-flor. Nesse estudo, abordaremos o caso dos pescados pelo fato de algumas criaturas – peixe-boi, tartaruga e jabuti – estarem envolvidas nos escrúpulos católicos.

ENTRE OS PEIXES E OS BOIS, O PEIXE-BOI

Os religiosos envolvidos nas missões evangelizadoras conduzidas nos sertões e ao longo da faixa litorânea foram, muito provavelmente, os primeiros homens a se depararem com os peixes tropicais. Entre as muitas espécies observadas e descritas por estes indivíduos, estiveram as baleias e os mistérios envolvidos na produção do âmbar, o baiacu e seu temido fel, peixes-voadores, peixes-porcos e outras tantas criaturas. Em meio à diversidade de animais marinhos, o peixe-boi se tornou uma personagem frequente nas páginas escritas em língua portuguesa. Comumente encontrado nas Américas Central e do Sul, além da costa ocidental da África (Brito, 2019, p. 167), os peixes-boi eram, muito provavelmente, seres desconhecidos dos europeus antes de suas viagens pelo Atlântico, e talvez tenha sido este o motivo de tamanho espanto, como relatam em seus escritos. A abundância de águas na América Portuguesa, principalmente com seus rios volumosos, contribuiu para o encontro entre os europeus e os peixes-boi. Porém, foi através da intermediação dos povos nativos, da observação de hábitos e costumes locais, que os homens católicos apreenderam as formas de se apropriar deste animal, tanto nos modos de captura, quanto do aproveitamento de sua carne e gordura (Vieira; Garcia; Brito, 2024, p. 7).

Os letrados que escreveram sobre o peixe-boi dedicaram-se às muitas particularidades de seu corpo, como fez o Ir. José de Anchieta ao escrever para o Pe. Diego Laynes, Geral da Companhia de Jesus, em maio de 1560. José de Anchieta chegou ao Brasil em 1553 (Leite, 1957, p. 57) e residia em São Vicente quando redigiu uma epístola de vinte e oito páginas ao Pe. Laynes. Em meio às informações sobre o clima, a fauna e a flora da região, o jesuíta narrou a existência de um certo “boi marinho”, denominado “iguaraguá” pelos indígenas e que consistia em um “peixe de um tamanho imenso” (Anchieta, 1933 [1560], p. 107), composto pelos seguintes traços:

Excede ao boi na corpulência; é coberto de uma pele dura, assemelhando na cor a do elefante; tem junto aos peitos uns

como dois braços, com que nada, e embaixo deles tetas com que aleita os próprios filhos; tem a boca inteiramente semelhante à do boi (Anchieta, 1933 [1560], p. 107).

No momento em que escreve, Anchieta dedicou-se a uma descrição detalhada, e com este fim, recorreu às semelhanças com espécies conhecidas – boi e elefante – para tornar o pescado brasílico compreensível aos olhares de seu remetente. O minucioso relato foi complementado com informações acerca do sabor de sua carne, já que era considerado “excelente para comer-se”. Segundo Anchieta, aquele que se alimentava do boi marinho “não saberias, porém discernir se deve ser considerado como carne ou antes como peixe”, já que o seu gosto se assemelhava tanto ao gado bovino, quanto aos demais pescados conhecidos (Anchieta, 1933 [1560], p. 107). Junto da carne, era possível extrair a gordura presente na pele e na cauda do animal, uma gordura que, ao ser derretida em fogo podia ser comparada à manteiga e servia para “temperar todas as comidas” (Anchieta, 1933 [1560], p. 108).

A alimentação dos membros da Companhia de Jesus não contava com grandes restrições. De acordo com os *Exercícios Espirituais*, documento redigido em 1553 por Inácio de Loyola e que orientava a conduta dos membros desta Ordem, os religiosos deveriam ingerir o necessário para manter a saúde e a força em suas missões. Recomendava-se, sempre que possível, reduzir a quantidade de alimentos e estabelecer limites para as refeições futuras (Loiola, 1999, p. 46). Dietas especiais eram permitidas apenas para lidar com as enfermidades e assim, proporcionar uma rápida recuperação dos doentes. Em tempos comuns, a Companhia aconselhava os padres e irmãos a se alimentarem com os recursos comuns das regiões onde realizavam suas atividades missionárias (Gentilcore, 2010, p. 88-89). Ainda que não mencione diretamente em sua carta, é bem provável que Anchieta tenha experimentado a carne do peixe-boi durante a sua permanência nos trópicos, e diante do sabor tão distinto, tenha questionado se a sua consistência remetia à carne – em referência aos bois e vacas – ou à peixe. Apesar das reflexões levantadas, o jesuíta não parece ter dúvidas sobre a condição do animal,

não apresentando indagações se o boi marinho remetia a um peixe ou a um boi. Assim, é provável que o religioso partilhasse do pensamento difundido à época, isto é, de que todos os animais que vivem sob as águas podem ser classificados como peixes (Aristóteles, 2006, p. 53-54).

Ainda no século XVI, outros dois membros da Companhia de Jesus dedicaram-se a escrever sobre o mundo natural dos trópicos, e em meio à diversidade de espécies, utilizaram algumas linhas para descrever o distinto peixe-boi. O Pe. Fernão Cardim, recém-chegado ao Brasil, foi um deles. Cardim desembarcou nos trópicos em maio de 1583, acompanhando o Governador Manuel Telles Barreto, o visitador-geral da Ordem e outros padres e irmãos jesuítas (Cardim, 1925, p. 14). No tempo em que permaneceu por estas paragens, o padre redigiu diferentes tratados, entre os quais está *Do Clima e Terra do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na terra como no mar*, publicado em Londres, no ano de 1625. Nesta obra, em que versa sobre o clima, as plantas e a vegetação da América Portuguesa, o “boi marinho” mencionado por Anchieta foi identificado por Cardim como “peixe-boi”, um peixe “estimado sobre todos os demais peixes” e que contempla um “comer muito sadio, e de muito bom gosto, ora seja salgado, ora fresco; e mais parece carne de vaca que peixe” (Cardim, 1925, p. 79).

Pelo relato produzido, é possível apreender que tanto o corpo, quanto a carne do peixe-boi parecem ter surpreendido Fernão Cardim. Em seu tratado, o religioso apresenta o animal com os seguintes dizeres:

este peixe nas feições parece animal terrestre, e principalmente boi: a cabeça é toda de boi com couro, e cabelos, orelhas, olhos, e língua; os olhos são muito pequenos em extremo para o corpo que tem; fecha-os, e abre-os, quando quer, o que não tem os outros peixes: sobre as ventas tem dois courinhos com que as fecha, e por elas resfolega; e não pode estar muito tempo debaixo d'água sem resfolegar; não tem mais barbatana que o rabo, o qual é todo redondo e fechado (Cardim, 1925, p. 80).

Escrevendo em finais do século XVI, Cardim produz seu relato em um período em que as interpretações sobre a fauna do Velho e do Novo Mundo vinham sendo difundidas em tratados diversos. Guillaume de Rondelet, médico responsável pela redação de *L'histoire entiere des poissons*, publicado em 1558, declara que os pescados são os animais que partilham de características específicas, como a recorrência de brânquias, guelras e escamas e a ausência de pelos, de penas e de pálpebras (Rondelet, 1558, p. 19). Não é possível afirmar que Cardim tenha sido um leitor da obra de Rondelet, mas, pela sua formação humanística (Franca, 2019), é provável que conhecesse as referências utilizadas pelo autor francês – como as obras de Aristóteles e Plínio – para interpretar os seres animais. O conhecimento teórico obtido por Cardim ao longo de anos de formação em colégios jesuíticos não impediu que o religioso se abismasse com uma criatura marinha dotada de pálpebras que cobriam seus olhos – “fecha-os, abre-os, quando quer” – e de uma face composta por ventosas que serviam para a respiração, uma respiração que, como ressalta o autor, precisava ser realizada, de tempos em tempos, fora do espaço aquático.

Dos sabores extraídos da carne do peixe-boi, o jesuíta declara, logo nas primeiras linhas dedicadas ao animal, que “já houve alguns escrúpulos por se comer em dias de peixe”, uma vez que “mais parece carne de vaca que de peixe” (Cardim, 1925, p. 79-80). Os escrúpulos consistiam em dúvidas sobre a existência ou não de um determinado pecado e se, diante do ato praticado, a alma poderia se aproximar do céu ou do inferno (Bluteau, 1712-1728, p. 229). Conforme registrado por Cardim, os escrúpulos em relação ao peixe-boi ocorriam em períodos específicos do ano, como a quaresma, quarenta dias de preparação para as solenidades da Sexta-Feira Santa e da Páscoa. Durante este tempo, a Igreja Católica não recomendava a ingestão de animais endotérmicos – como bois e vaca – visto que a carne vermelha remeteria ao sangue de Jesus Cristo no momento de sua crucificação e morte (Montanari, 1998, p. 313).

Os sabores do peixe-boi alteravam-se de acordo com os ingredientes adicionados e os modos de preparo, como evidencia o jesuíta

ao dizer que esta carne, “cura-se ao fumeiro como porco, ou vaca, e no gosto se se coze com couves, ou outras ervas sabe à vaca, e assada parece no cheiro, e gosto, e gordura porco, e também tem flocinho” (Cardim, 1925, p. 80). Apesar dos muitos gostos envolvidos na ingestão deste animal, Cardim parece concordar que o animal se tratava de um pescado, devido ao longo tempo de permanência nas águas e pelas suas dimensões físicas, que impediam o deslocamento fora dos rios.

O Pe. Francisco Soares, autor de *Coisas Notáveis do Brasil*, incluiu o peixe-boi como um dos seres “notáveis” que avistou durante sua permanência no Brasil, em finais do século XVI (Soares, 1966, p. XIII-XVIII). Como Cardim, o Pe. Soares atravessou o Atlântico com o objetivo de participar da ação evangelizadora portuguesa, e por esse motivo, evidencia suas preocupações com a existência de um pescado cuja carne em muito se aproximava ao gosto do gado bovino. Ao longo de seu relato, escrito entre os anos de 1591 e 1596, o jesuíta pontua que as semelhanças entre o peixe-boi e o gado bovino envolviam a carne e as formas físicas. Quando a carne do pescado era cozida com couves, “parece vaca”; nas vezes em que era preparada com vinhos e alhos, “parece lombo de porco” e se o tempero do peixe-boi fosse feito com açafrão, “parece carneiro salgado” (Soares, 1966, p. 181). Apesar dos sabores distintos, o Pe. Soares ressalta que o pescado era apreciado pelos moradores dos trópicos, considerado um peixe que “de toda a maneira é muito bom” (Soares, 1966, p. 181).

De acordo com o religioso, os comensais católicos relatavam suas preocupações ao ingerir o animal em momentos de penitência. A fim de manterem a abstinência de carne vermelha durante a Quaresma, Soares afirma que “houve já muitas pessoas que os não quiseram comer por parecer vaca” (Soares, 1966, p. 181). Segundo o Pe. Soares, tal reflexão ocorreu por iniciativa dos próprios fiéis que frequentavam as missas locais, não sendo um comportamento motivado pela sua presença nestas terras. Nesse cenário, Francisco Soares mostra-se como um observador atento aos dilemas morais que homens e mulheres pareciam enfrentar diante de um alimento tão saboroso, mas que podia afastá-los das instruções legadas pela Igreja.

Em relação ao corpo do animal, Soares não poupou detalhes aos seus leitores e registra que “as feições parecem de animal terrestre”, já que era um pescado “redondo” e cujo rabo se estreitava ao final de seu corpo, isto é, um rabo pequeno, mas dotado de grande força, “como pá de remo” (Soares, 1966, p. 181). Em seu corpo, não havia escamas, mas pequenos cabelos ruivos, e ao invés de nadadeiras, notavam-se extremidades semelhantes às pás e compostas por “dedos todos pegados, como de patos”, que serviam para o animal se movimentar sob as águas. No topo do corpo, havia uma face distinta, composta por olhos pequenos e providos de pestanas, olhos próximos de um focinho que parecia se mexer – “focinho como de boi” – e ventas que contavam com “dois cou-rinhos”, por onde o animal respirava fora d’água (Soares, 1966, p. 183). Soares, assim como seus confrades jesuítas, mostrou-se ciente de que o peixe-boi consistia em uma espécie desconhecida aos olhares do Velho Mundo, e por isso, recorreu às descrições detalhadas e diferentes analogias envolvendo seres conhecidos – bois, porcos, patos e homens – para tornar a espécie compreensível aos seus eventuais leitores.

Como pontuado pelo Pe. Francisco Soares, a preocupação moral com a ingestão da carne de peixe-boi não esteve restrita aos homens professos, e tratados como *Diálogos das Grandezas do Brasil*, redigido por Ambrósio Fernandes Brandão no início do século XVII, evidenciam que os escrúpulos eram partilhados por católicos leigos. O autor, que na obra é identificado como Brandônio, era natural de Portugal e residiu no Brasil entre os anos de 1583 e 1618, período em que atuou como senhor de engenho e responsável pelos dízimos do açúcar na capitania de Pernambuco (Cortesão, 2010, p. 10). Em seus *Diálogos*, Brandão se propõe a reunir informações sobre os aspectos físicos, econômicos e sociais desta terra, além de apresentar sugestões para um maior aproveitamento dos recursos naturais visando maiores lucros e garantias ao Império português (Cortesão, 2012, p. 17).

Em meio às páginas do seu “Diálogo Quinto” – parte da obra dedicada às aves e pescados da América Portuguesa –, Brandônio relata a Nuno Álvares, chamado pelo autor de Alviano, que, nas águas brasílicas, havia uma grande variedade de pescados “gordos e gostosos para

se comer”, como eram os “dourados, meros, moréias, pescadas, tainhas, cações, albacoras, bonitos, lavradores, peixes-espada, peixe-agulha, xaréu, salmonetes, sardinhas” (Brandão, 2010, p. 258). Dentre as muitas criaturas que viviam nas águas doces, havia uma que se destacava pela sua “estranheza”, o peixe-boi, animal cujo nome parecia autoexplicativo, pois este nome “lhe foi posto por se assemelhar no rosto quase com o mesmo animal [boi], posto que é maior dois tantos, não em ser levantado, mas na largura e comprimento” (Brandão, 2010, p. 258). Devido às grandes dimensões – próximas às do gado bovino – o animal era pescado com o uso de arpões e assim que era retirado das águas, sua carne já começava a ser preparada para o deleite dos comensais. Segundo Brandônio, o pescado “tem o mesmo sabor e gosto da carne de vaca, sem haver nenhuma diferença de uma coisa à outra, entanto que, se misturarem ambas as carnes em uma panela dificilmente se conhecerá uma da outra” (Brandão, 2010, p. 258). A semelhança entre os sabores das carnes do peixe-boi e do boi contribuiu para que os preparados envolvendo o gado bovino fossem replicados com a carne do pescado, por isso, era comum cozerem-no com couves, prepararem sob a forma de pedaços e almôndegas, “com aproveitamento para tudo o de que se usa da carne de vaca” (Brandão, 2010, p. 258).

Alviano, atento ao que era proferido por Brandônio sob o distinto pescado, relata a seu confrade: “pois não deixara eu de ter muito escrúpulo, se nos dias de peixe usasse desse pescado; porque entenderia que comia carne” (Brandão, 2010, p. 258). Na continuidade do diálogo, Brandônio explica que a ingestão do animal nos “dias de peixe”, período de abstinência quaresmal, já “foi questão assaz debatida” pelos teólogos católicos, que o consideraram “realmente peixe e porque tal devia ser recebido realmente, visto ter o semelhante peixe a sua habitação sempre nas águas, e não sair nunca a pastar fora delas” (Brandão, 2010, p. 259). Em sua obra, Ambrósio Fernandes Brandão não menciona os letrados responsáveis pela reflexão sobre a condição do peixe-boi, porém, é sabido que, ao longo do período moderno, o animal tornou-se conhecido entre os comensais europeus, sobretudo pelos muitos viajantes que passaram pela costa da América. A presença do peixe-boi

nas mesas de homens advindos do Velho Mundo fez com que o debate levantado pelos católicos portugueses se ampliasse e fosse levado ao Clero, que concluiu aos professos da fé que o animal era, de fato, um pescado (Cascudo, 1968, p. 91).

Na visão dos homens católicos que atravessaram o Atlântico entre os séculos XVI e XVII, o peixe-boi era um significativo indício da grandiosidade da criação divina, pois, somente Deus, dotado de todos os seus poderes, seria capaz de desenhar uma criatura tão distinta, que ora lembrava a peixe, ora lembrava a boi. Desse modo, não cabia aos humanos questionar a criação, mas se adaptar a ela, isto é, identificar os momentos adequados para a sua ingestão e se afastar em situações que poderiam ocasionar escrúpulos, pecados e arrependimentos. Cabe ressaltar que, em meio à diversidade da fauna brasílica, o peixe-boi não foi o único a ser ponderado entre os católicos. Animais que dividiam sua existência entre os espaços terrestre e aquático despertaram a curiosidade e os temores dos católicos residentes na América Portuguesa.

PESCADOS QUE ANDAM, NADAM E BOTAM OVOS

Entre professos e leigos, os católicos que escreveram sobre a natureza da América Portuguesa fizeram muito mais do que apenas observar as espécies. Os tratados redigidos ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII contam com amplos esforços destes letrados em identificar, nomear e classificar as espécies avistadas nos trópicos (Elliot, 1970, p. 18). Em geral, era comum que cartas, crônicas e tratados fossem iniciados com tentativas de aproximar as espécies brasílicas daquelas já conhecidas do Velho Mundo. Após reconhecer as parecenças entre os seres vivos dos lados de cá e de lá do Atlântico, os letrados dedicaram-se a dois processos: conhecer os usos atribuídos aos animais e classificá-los em conjunto com criaturas semelhantes.

Como explorado em relação aos peixes-boi, estes animais não contavam com características comuns aos pescados, como a recorrência de escamas e ausência de pálpebras. No entanto, o fato de o animal permanecer todo o tempo sob as águas contribuiu para a sua identificação

em meio aos peixes. As tartarugas, por outro lado, parecem ter demandado maiores reflexões dos católicos que passaram por estas terras. Ambrósio Fernandes Brandão foi um dos homens que se dedicaram a pensar sobre a condição atribuída a esta espécie ao longo das páginas dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*.

As tartarugas foram apresentadas em meio às descrições dos jacundãs, peixes encontrados em água doce; das piabas e saras, comumente ofertadas aos doentes, e das tarariras, que contavam com muitas espinhas a serem retiradas por seus comensais (Brandão, 2010, p. 261). A opção em reunir a tartaruga com estes animais é explicada logo em seguida por Brandônio, que escreve: “também há muitas tartarugas, que, com ser peixe marítimo, vêm a desovar na terra, e nela, de ovos que põem, tiram seus filhos” (Brandão, 2010, p. 261). Alviano, alegando já conhecer as tartarugas, se surpreende apenas com a capacidade deste animal em sair das águas nos momentos de desova e parece ter sido interrompido por Brandônio, que conclui suas reflexões dizendo “pois passa na forma que tenho dito” (Brandão, 2010, p. 261).

Como estes animais eram conhecidos desde os tempos remotos, referenciados na *Historia Natural* de Plínio (Plínio, 2007, p. 408), é bem provável que Brandônio e Alviano já houvessem visto ou lido sobre as tartarugas em algum outro espaço para além do Novo Mundo, e por isso, o autor dos *Diálogos* não dedicou ao animal uma descrição tão detalhada como fez para apresentar o peixe-boi. Nas poucas palavras utilizadas para se referir às tartarugas, Brandônio evidenciou dois aspectos: o fato de este animal ser um peixe e a sua desova ocorrer apenas em ambiente terrestre, indício da sua habilidade em se deslocar fora das águas. Na sequência do diálogo, Alviano não contesta as considerações de Brandônio, mas evidencia seu espanto com as diversas espécies avistadas, alegando ao seu confrade: “tendes tratado de tantas castas de pescado, de diferentes qualidades e naturezas que faz confusão ao considerar nos modos deles” (Brandão, 2010, p. 261).

As reflexões de Alviano, sobre um volume tão grande de pescados que parecia confundir os ouvintes ou leitores, foram partilhadas por diferentes homens de seu tempo, principalmente, por aqueles que,

diferente dos personagens dos *Diálogos*, passaram parte de suas vidas no norte dos trópicos. Os escritos dedicados à história e missão católica no Estado do Maranhão e Grão-Pará e Maranhão (Amorim, 2005; Bettendorff, 2018; Leite, 1943; Lisboa, 1967; Willeke, 1974) contam com diversas menções às tartarugas, pois, ainda que as espécies fossem encontradas na faixa litorânea, estas eram mais comuns nas águas amazônicas.

Dos relatos que trazem menções às tartarugas, evidencia-se a carta escrita pelo Pe. Antônio Vieira durante seu estabelecimento na capitania do Pará, no ano de 1654. Direcionada ao Padre Providencial do Brasil à época, a epístola apresenta o roteiro seguido pelo religioso ao sair do Maranhão e adentrar o rio das Amazonas. Segundo Vieira, o objetivo da viagem era direcionar os indígenas residentes na região aos aldeamentos administrados pela Companhia de Jesus situados no Pará e no Maranhão. No trajeto percorrido em conjunto com homens leigos e outros religiosos, o padre evidencia alguns hábitos partilhados pelos moradores das margens do Rio Tocantins, e entre estes, concedeu destaque à pesca de tartarugas que ocorria entre os meses de outubro e novembro. De acordo com o jesuíta, cada tartaruga deposita de “oitenta até cem” ovos, todos “cobertos com a mesma areia[,] os deixam ao sol e à Natureza” e logo em seguida, retornam às águas. Passado um mês da desova, os pequenos ovos se quebravam e por “instinto da mesma natureza”, as pequenas tartarugas saíam e se direcionavam ao leito dos rios. Cabe ressaltar que eram poucas as que sobreviviam, pois, como relata Vieira, “nem esta inocência lhe perdoaram os nossos índios, comendo e fazendo matalotagem, porque são delícia, e havia infinidade delas” (Vieira, 2008 [1624], p. 278)

O apreço dos indígenas pelas pequenas tartarugas relacionava-se à facilidade da sua pesca, já que bastava aguardar o momento do nascimento para, em poucos minutos, recolher aquelas que iniciam sua caminhada rumo às águas. Outra explicação pelo interesse dos moradores era pelo sabor da carne de tartaruga que, segundo o Pe. Vieira, era “como a de carneiro, e se fazem dela os mesmos guisados que mais parecem de carne que pescado” (Vieira, 2008 [1624], p. 278).

As considerações do padre sobre o sabor da tartaruga evidenciam as concepções que Vieira construiu sobre o animal. Para o religioso, a tartaruga era um pescado e isto, muito provavelmente, esteve associado à permanência sob as águas durante longos períodos. Por outro lado, o seu modo de preparo poderia confundir os comensais, pois, ao ser preparada sob a forma de guisado,³ o seu sabor afastava-se dos peixes e muito se aproximava das “carnes”, termo comumente utilizado para se referir aos animais terrestres que serviam como alimento (Bluteau, 1712-1728, p. 152).

Mais abundantes do que as tartarugas, eram os jabutis viventes no norte do Brasil. De acordo com Vieira, este animal “é sustento muito geral em todas as partes, e foram os que nesta jornada nos mataram muitas vezes a fome” (Vieira, 2008, p. 279). Diferentemente das tartarugas, Vieira não se referiu ao jabuti como um pescado, afinal, os jabutis “vivem sempre na terra, sem nunca entrarem no mar, nem nos rios” (Vieira, 2008, p. 279). As muitas semelhanças entre tartarugas e jabutis não foram mencionadas pelo jesuíta em sua carta, pois os jabutis consistiam em uma criatura familiar aos olhares europeus, sendo denominados icoteás nas “Índias de Castela”, como evidencia o autor. Para o religioso, o traço distintivo entre os dois animais era o fato de as tartarugas viverem nas águas e os jabutis permanecerem todo o tempo caminhando sobre a terra. É bem provável que as semelhanças físicas entre os dois animais tenham levado alguns indivíduos a consumirem os jabutis durante os períodos de penitência católica. Segundo Vieira, apesar da permanência dos jabutis na terra, estes “são julgados por peixe, e como tais se comem nos dias em que se proíbe a carne, por se ter averiguado que tem o sangue frio” (Vieira, 2008, p. 279).

A visão dos moradores do norte sobre o jabuti ser um animal de “sangue frio” não estava errada. Na primeira metade do século XVIII,

3 O guisado consistia no preparo de uma proteína de origem animal com uso de gordura animal ou óleo vegetal resultado em um caldo denso. Não era um preparo comum aos indígenas do Brasil, sendo uma preparação introduzida pelos colonizadores. A carne da tartaruga contava com um elevado teor de gordura, tornando-a apreciada para os guisados preparados pelos portugueses (Cascudo, 1968, p. 168).

o sueco Carl Von Linné levou à prensa a primeira edição de sua renomada obra, *Systema Naturae* (1735), em que se propôs a classificar as criações de Deus pertencentes aos reinos animal, vegetal e mineral. O reino animal foi organizado por Linné em seis classes – Quadrupedia, Aves, Amphibia, Pisces, Insecta e Vermes – e inicialmente, a classe Amphibia esteve dividida em dois conjuntos: “serpentina”, que consistia em animais sem membros, e “reptilia”, composta por animais com membros (Wahlgren, 2011, p. 6).⁴ Tartarugas e jabutis, como os que havia no norte do Brasil, eram considerados como parte dos animais “amphibia”, especificamente dos “reptilia”, por partilharem de características comuns, como o fato de alternarem sua permanência entre o solo e a terra, respirarem sem exalação do ar e portarem um corpo rígido e preenchido por sangue frio, isto é, dependerem do calor do ambiente para se aquecerem (Schmidt, 1951, p. 4; Wahlgren, 2011, p. 9-10).

É bem provável que o Pe. Antônio Vieira, que escreve em meados do século XVII, conhecesse os escritos antigos, de Plínio e Aristóteles, que identificavam os pescados como animais de sangue frio, característica comumente associada à existência destes animais no ambiente aquático. Talvez, para Vieira, as tartarugas partilhassem desta condição de “sangue frio”, porém, o jesuíta não manifesta sua concordância ou discordância com a identificação dos jabutis do mesmo modo. Em sua carta, o autor se limita a apresentar as reflexões dos moradores locais e o consumo durante os dias em que se proibia a ingestão de carne, não oferecendo indícios de ter, ele mesmo, ingerido os jabutis durante os momentos de abstinência dos animais de sangue quente.

Os conflitos para classificar e identificar qual das criaturas, tartaruga ou jabuti, era passível de ser consumido na Quaresma foram o centro de um debate canônico e levado ao púlpito de uma das igrejas do Maranhão pelo Frei Cristóvão de Lisboa. Este frade franciscano foi o primeiro custódio a chegar ao Maranhão, em 1624, apenas dez anos

4 Cabe ressaltar que nas edições seguintes de *Systema Naturae*, a classe Amphibia passou a contar com uma terceira ordem denominada “Nantes” e que era composta por animais cartilaginosos e alguns peixes (Wahlgren, 2011, p. 6).

após a fundação da custódia de Santo Antônio do Brasil, sediada em Olinda (Amorim, 2005, p. 7). Cristóvão de Lisboa permaneceu pouco mais de dez anos nos trópicos e foi responsável pela redação de *História dos animais e das Árvores do Maranhão*, obra em que se dedicou a “mostrar as coisas da terra”, resultando, assim, em um “tratado das aves, plantas, peixes e animais” (Lisboa, 1967, p. 23). Em sua *História*, o religioso dedicou poucas páginas às “oroanas”, termo utilizado para se referir às “tartarugas do mar”, que eram abundantes nas águas do Maranhão. A própria referência que o letrado faz ao animal – “tartaruga do mar” – implica na forma como a espécie era interpretada, isto é, como um animal de ambiente aquático e cuja permanência em solo terrestre ocorria em um único período, somente para a desova na areia da praia (Lisboa, 1967, p. 70).

Os embates morais envolvendo tartarugas e jabutis foram expostos pelo franciscano em uma carta redigida em outubro de 1626 e direcionada ao Superior da Ordem, que residia em Portugal. Ainda que o objetivo da epístola fosse o de reunir informações sobre a missão evangelizadora, o frade dedicou-se a escrever sobre os “agravos que Bento Maciel comete contra a Igreja” (Lisboa, 1626, p. 241). Segundo Frei Lisboa, Bento Maciel ocupava o posto de Capitão-mor da Capitania do Pará e dificultava que os franciscanos realizassem suas pregações aos indígenas. Os impedimentos ocorriam sob a forma de trabalhos que deveriam ser realizados pelos indígenas durante os domingos e dias santos, momentos em que a Igreja recomendava a presença dos fiéis em missas e demais solenidades. De acordo com o religioso, o Capitão era um mau exemplo, e sob sua influência, “estava esta terra tão devassa no sexto mandamento⁵” (Lisboa, 1626, p. 242).

5 De acordo com a literatura bíblica, Deus solicitou que Moisés se direcionasse ao Monte Sinai e naquele encontro, apresentou-lhe as “Leis Judiciais” que deveriam ser respeitadas por todos. Em meio ao conjunto de dez orientações, o sexto mandamento recomendava aos seguidores de Moisés que estes guardassem o sétimo dia da criação para o descanso, conforme fez Deus após a criação do mundo e assim, homens livres, escravos, peregrinos ou animais deveriam trabalhar (A Bíblia, 1885, p.47-48).

Ao longo da carta, Fr. Lisboa relata ao seu Superior que Bento Maciel era muito próximo de Luís Figueira, um dos primeiros jesuítas a missionar no Estado do Maranhão e Grão-Pará e atuante, à época, como Vigário do Pará (Bettendorff, 2018, p. XL). De acordo com o franciscano, o Pe. Figueira era o “atiçador” das atitudes do Capitão-Mor, a fim de afastar os indígenas dos cuidados dos frades menores e mantê-los dentro dos aldeamentos jesuítas instalados na região. Das críticas direcionadas por Lisboa a Figueira, estava o fato de o jesuíta se mostrar conivente com alguns pecados praticados pelos católicos locais, como a ingestão de animais indevidos em períodos de penitência. Sobre este fato, o franciscano escreve:

E este caso confessou ele [Pe. Luís Figueira], por lhe dizerem que tínhamos a carta, mandando eu que abstivessem dos jabutis nos dias de peixe, por não haver razão eu mostrasse não serem carne, até vir isto resoluto pelo superior. Dissera no púlpito, publicamente, que eles eram peixe e por tal se comiam diante do Papa e na Baía, e que os religiosos santos franceses por peixe o deram, sendo todas estas alegações mentira, e que o instrumento os dava por carne, mas que já que assim o faziam, que os não comessem, embora injúria grandíssima, pois era o mesmo que dizer que era temerário e tolo, sendo eu, então, prelado (Lisboa, 1626, p. 242-243).

Pelo modo com que o franciscano registra suas inquietações, é possível observar que as reflexões morais sobre a ingestão dos jabutis já vinham sendo discutidas entre os católicos do norte. De acordo com o Fr. Lisboa, em algum momento de suas pregações públicas, o Pe. Luís Figueira teria argumentado que os jabutis eram peixes, e desse modo, aptos ao consumo durante o tempo quaresmal. Ao que tudo indica, as reflexões de Figueira foram construídas pelas muitas semelhanças entre tartarugas e jabutis e das considerações que muitos homens fizeram, ao

longo de séculos,⁶ de que as tartarugas, por viverem em espaço aquático, consistiram em uma espécie de peixe.

Em suas alegações, o Fr. Lisboa afirma e reitera que os jabutis, por permanecerem em espaço terrestre, eram considerados animais de sangue quente, e com isso, o seu consumo se tornava uma “injúria gravíssima” durante os períodos em que a abstinência de carne era orientada. A crítica direcionada ao jesuíta não se direcionava somente ao seu desconhecimento sobre as condições desses animais, mas, principalmente, ao fato de o religioso guiar erroneamente os muitos católicos que o acompanhavam e levá-los a cometerem pecados de maneira involuntária. Por estes motivos, o membro da Ordem dos Frades Menores conclui sua narrativa afirmando estar encaminhando ao Reino português suas apelações, a fim de que elas sejam apresentadas à Mesa da Consciência⁷ e devidamente analisados pelas autoridades eclesiásticas portuguesas.

Ainda que não saibamos quais as resoluções emitidas pela Mesa da Consciência diante dos fatos apresentados pelo frade franciscano, sabemos que os debates sobre a condição de peixe ou carne dos jabutis não se ativeram apenas ao século XVII. Em escritos produzidos na centúria seguinte; há outras reflexões redigidas por religiosos jesuítas que viveram no Estado do Maranhão e do Grão-Pará. Para o Pe. João Daniel, que missionou no norte do Brasil entre 1741 e 1757, as tartarugas não consistiam em pescado ou carne, sendo consideradas animais anfíbios.

6 Em *História dos Animais*, Aristóteles define a tartaruga como um animal cuja constituição não lhe permite viver separado do espaço aquático. Ainda que seus ovos sejam depositados na terra para o nascimento dos filhotes, é necessária a proximidade com a água, local onde passarão a maior parte de suas vidas (Aristóteles, 2008, p. 78).

7 A Mesa de Consciência foi criada por D. João III, em Portugal, no ano de 1532. O objetivo da instituição era versar sobre tudo o que estivesse relacionado à consciência do monarca português. A partir de 1551, a Mesa passou a incorporar as atividades vinculadas à administração das Ordens Militares Religiosas de Cristo, de Santiago e de Avis. Em geral, a Mesa de Consciência e Ordem esteve dedicada à análise de bulas papais expedidas em tempos passados e períodos futuros e a partir destas documentações, verificar e estabelecer vereditos para as petições que lhe forem submetidas. Para garantir o seu melhor funcionamento, as dúvidas endereçadas ao tribunal, os exames realizados pela Mesa e os benefícios eclesiásticos concedidos deveriam estar reunidos em diferentes livros de registro que poderiam ser consultados conforme a necessidade (Neumann, 2019, p. 25-28).

Em sua obra, *Tesouro Descoberto no máximo rio Amazonas*, redigida na segunda metade do Setecentos, o jesuíta reuniu informações sobre a terra, os homens, a cultura da região Amazônica, e dedicou um capítulo para versar sobre os “anfíbios do rio Amazonas” (Daniel, 2004, p. 129). Na visão do padre, os “peixes anfíbios” constituíam animais compostos “pelos dois predicados de terrestres, e marinhos” e por isso, considerados como os “mais atendíveis nas histórias” (Daniel, 2004, p. 119).

O Pe. João Daniel não foi um precursor da identificação de animais anfíbios, pois, antes de estes constituírem uma das classes de animais reconhecida por Carl Von Linné em seu *Systema Naturae*, os anfíbios haviam sido nomeados desta mesma forma por Aristóteles. Em *História dos Animais*, o grego foi responsável por classificar os animais de acordo com o ambiente em que viviam, determinando as espécies como terrestres e aquáticas, sendo terrestres aqueles que absorviam ar e aquáticas as criaturas que absorviam água. Alguns animais, no entanto, foram denominados “anfíbios”, pois passavam sua vida entre os dois principais ambientes, aquático e terrestre. Ainda sob o olhar de Aristóteles, os seres anfíbios aspiravam ar e geravam seus filhos na terra, porém, alimentavam-se e permaneciam a maior parte do tempo sob as águas (Aristóteles, 2008, p. 78).

As reflexões aristotélicas parecem ter influenciado João Daniel em suas análises, uma vez que o religioso agrupou as tartarugas, denominadas “jurarás” pelos naturais da terra, como parte dos anfíbios que habitavam o Brasil. Logo nas primeiras linhas de sua descrição, o jesuíta apresenta suas interpretações sobre a tartaruga: “é animal anfíbio, mas a sua principal vivenda é na água, peixe por certo digno de toda a estimação, não só por grande, se não também por gostoso” (Daniel, 2004, p. 130). De acordo com o religioso, os comensais do norte mantinham um grande apreço pelas tartarugas, pois, devido às suas grandes dimensões, o seu aproveitamento era completo, sendo possível preparar “sete ou mais menestréis diversos”. João Daniel parece conhecer a fundo os muitos preparos feitos com carne de tartarugas e, assim, apresenta um cardápio variado aos leitores de sua obra: “primeira o sarapatel, segunda o sarrabulho, terceira o peito assado, quarta *fricassé*, quinta o

cozido, sexta a sopa, sétima o arroz” (Daniel, 2004, p. 131). Os ovos de tartarugas eram tão apreciados quanto a carne do animal, pois, além de se assemelharem aos conhecidos ovos de galinha, aqueles eram coletados em grandes volumes, geralmente, de cento e cinquenta a duzentos ovos por vez. Com os ovos de tartarugas, os homens e mulheres do Maranhão e Grão-Pará produziam uma manteiga, “como a de vaca” e que, após preparada, podia ser consumida por longos períodos, sendo um alimento recorrente em viagens pelas águas e ao longo dos sertões (Daniel, 2004, p. 133).

Como observou João Daniel, as tartarugas eram aproveitadas em sua integralidade, tornando-se uma fonte duradoura de mantimentos. Por este motivo, muitos moradores providenciavam viveiros para que os animais fossem mantidos próximos dos espaços domésticos, e posteriormente, capturados com maior facilidade. Os viveiros, no entanto, podiam atraparlar a vida dos fiéis católicos que, ao se depararem com as tartarugas, confundiam-se com um animal que ora vivia sob as águas, ora caminhava sobre a terra. Em sua obra, o jesuíta relata: “e que grande confusão esta para os comilões, que não podem jejuar uma quaresma, e talvez nem um dia” (Daniel, 2004, p. 132). Cabe ressaltar que a passagem do religioso possa soar confusa aos leitores de seu *Tesouro*, afinal, em dado momento, o religioso declarou que as tartarugas se aproximavam, e muito, dos pescados. Todavia, seria adequado ao cristão virtuoso e penitente, alimentar-se, durante a Quaresma, de um animal que caminha sobre o solo junto das criaturas de sangue quente? É provável que, em meio aos escrúpulos gerados, a orientação do religioso seja pelo distanciamento da carne de tartaruga durante os quarenta dias de penitência e guardar o seu regalo para os muitos outros dias do calendário católico.

Para os tempos de penitência, os jabutis mostravam-se um alimento adequado e que, segundo João Daniel, “gozam do privilégio de serem admitidos no sagrado do jejum” (Daniel, 2004, p. 134). Ainda que as semelhanças físicas de jabutis e tartarugas fossem diversas – como hábito de encolherem mãos, pernas e cabeças ao receberem algum toque físico – as diferenças também eram visíveis. Os jabutis eram de dimensões menores, contavam com um casco de coloração mais clara

e um corpo revestido de escamas vermelhas. A principal distinção era a sua permanência em terrenos alagadiços e campinas descobertas, fator que contribuía para a sua domesticação, e de acordo o padre, “se domesticam em casa tanto, que vêm comer à mão” (Daniel, 2004, p. 134).

O Pe. Luís Figueira e o Pe. João Daniel missionaram no norte do Brasil em períodos distintos, o primeiro no início do século XVII e o segundo, no início do século XVIII. Pela grande lacuna temporal entre os religiosos, não podemos afirmar que João Daniel tenha lido alguma carta ou escrito redigido por Luís Figueira acerca de sua permanência nos trópicos. O que observamos é que estes dois irmãos da Companhia de Jesus partilhavam de uma mesma interpretação moral acerca de tartarugas e jabutis. Enquanto o Fr. Cristóvão de Lisboa denunciava a postura de Figueira sobre a ingestão de jabutis durante a Quaresma, o Pe. João Daniel manifesta sua concordância com o consumo destes animais em períodos de penitência. Esta partilha de conhecimento entre os jesuítas pode não ter ocorrido de maneira direta, por meio de diálogos entre os religiosos, mas, provavelmente, se relacione ao processo de formação intelectual destes padres, que ocorria a partir de conhecimentos clássicos – aulas de latim, grego, poesia e oratória – e das ciências que vinham se consolidando no período moderno, como a matemática, a astronomia, as línguas vernáculas e a literatura (Franca, 2019, p. 49-53; Asúa, 2005, p. XIV).

Antes de passarmos às considerações finais deste breve estudo, contemplaremos as impressões morais de mais um jesuíta que missionou pelo Estado do Maranhão e Grão-Pará. Antônio Moreira era natural de Lisboa, membro da quadragésima sexta missão evangelizadora da Companhia de Jesus no norte do Brasil, e a partir de 1745, serviu como missionário na região do Rio Tapajós (Papavero, 2011, p. 83-84). Durante o tempo em que permaneceu nos trópicos, até 1757, o religioso dedicou-se às atividades evangelizadoras e redigiu a *Declaração das raridades do Maranhão de peixes, Aves, et^a*, manuscrito composto por doze folhas em que descreve a fauna avistada no Grão-Pará.

De acordo com a classificação sugerida pelo Pe. Moreira, nas margens dos rios paraenses, era possível avistar uma grande quantidade

de animais identificados como “anfíbios”, como as pacas e capivaras, esta última espécie descrita do seguinte modo pelo autor: “são animais anfíbios que vivem dentro d’água e fora dela nos matos e campinas” (Moreira, 2011, p. 88). Junto destas criaturas, estavam os camaleões, identificados em grande quantidade e avistados “sobre as ribanceiras de algum rio, porque são anfíbios”. Dos camaleões aproveitavam-se as pedras existentes em sua cabeça, consideradas um “tesouro da medicina e o melhor febrífugo que se tem descoberto”, e sua carne era muito apreciada pelos indígenas da região (Moreira, 2011, p. 91).

O Pe. Antônio Moreira não mencionou os jabutis em meio aos animais anfíbios e, logo no início de suas considerações sobre o animal, evidenciou o modo como era identificado pelos moradores da região: “é aqui reputado por peixe e se come nos dias de jejum” (Moreira, 2011, p. 91). Apesar da referência como pescado, o religioso evidencia que os jabutis eram comumente encontrados no mato, e diferente dos anfíbios, “nunca vão à água”. As considerações de Moreira parecem destoar das antigas considerações de que os pescados consistiam, apenas, de animais que viviam sob as águas. Ao classificar os jabutis como pescados, é bem provável que o religioso tenha recorrido às reflexões redigidas e partilhadas pelos seus confrades jesuítas que passaram pelos trópicos. Desse modo, o Pe. Moreira optou por reunir suas considerações em algumas poucas linhas, que demonstram sua concordância com o reconhecimento do animal enquanto uma criatura de sangue frio, e por isso, moralmente aceito para os jejuns católicos.

As “jurarás” eram do mesmo tamanho dos cágados e igualmente apreciadas pelos comensais nativos. Ao se referir ao conjunto de animais, jabutis e jurarás, o religioso determina que “uns e outros são reputados por peixe”, ou seja, ambos eram possibilidades para o consumo durante as penitências católicas (Moreira, 2011, p. 91). Como os jabutis, as jurarás eram comumente avistadas sobre a terra, geralmente em regiões de campinas e capturadas com uso de fogo. As conclusões do autor encaminham-se ao fato de estes animais serem aptos à domesticação, possivelmente, pelo fato de viverem sobre o solo, e com isso, passíveis de serem levadas aos quintais das residências.

Diferente de jabutis e jurarás, a tartaruga foi apresentada pelo jesuíta no tópico intitulado “Dos peixes e mariscos”. Como observa o padre, as tartarugas eram encontradas “de várias castas, pequenas e grandes”, também “do feitio dos cágados”, mas em proporções bem maiores, havendo aquelas que alcançavam “quatro palmos e mais de comprimento e três e mais de larguras” (Moreira, 2011, p. 93). A escolha do Pe. Moreira em reunir a tartaruga em conjunto com outros aquáticos – pirarucus, espadartes, botos e peixes-boi – fez com que o autor dispensasse maiores reflexões sobre o seu entendimento deste animal. As considerações morais do jesuíta sobre o seu consumo foram abordadas com os seguintes dizeres: “em dia de peixe, só a tartaruga dá um banquete de mais de 12 pratos diversos e todos de esquisito⁸ sabor, tendo melhor carne que o melhor carneiro de Portugal” (Moreira, 2011, p. 93-94). Para o jesuíta, o fato de as tartarugas viverem sob as águas não permitia qualquer dúvida sobre a sua ingestão em determinados períodos do calendário católico, e o fato de o animal apresentar grandes dimensões parecia facilitar a vida dos penitentes. Desse modo, bastava a captura de uma única grande tartaruga para garantir refeições diversas e saborosas que, além de alimentarem o corpo, auxiliavam no direcionamento da alma ao caminho das virtudes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os católicos, Deus foi responsável pela criação do mundo, iniciando seus feitos no Jardim do Éden, onde desenhou todos os seres vivos, animais e vegetais que, poucos dias depois, viriam a ser nomeados por Adão e Eva, os primeiros seres humanos. Desse modo, a compreensão partilhada pela fé católica é de que toda a criação divina é boa e ocupa o lugar que foi escolhido pelo Criador (Wirzba, 2011, p. 2). Padres, freis e sujeitos leigos que se deslocaram pelo Atlântico a partir do Quinhentos receberam as mais diferentes missões, entre elas, a de identificar as

8 O termo é aplicado de acordo com o significado em língua espanhola, que compreende a ideia de “excelente” (Papavero, 2011, p. 93).

criaturas que Deus legou ao Novo Mundo e determinar a qual espaço elas pertenciam. Como apontado neste breve estudo,⁹ algumas espécies pareciam desafiar esta ordem divina, sobretudo em relação ao seu espaço de vivência, como eram os peixes-boi, as tartarugas e os jabutis.

Diferentes de monstros e homens marinhos, estes animais não pareciam seres desviantes, dotados de mistérios a serem desvendados (Taunay, 1998; Taunay, 19__). No caso do peixe-boi, ainda que seus traços parecessem confundir os observadores lusitanos devido às muitas parecenças com o gado, a principal preocupação envolvia a adequada ingestão de sua carne. Afinal, um animal marinho tão similar ao gado, cuja carne era saboreada aos modos de preparo do gado, poderia ser ingerida durante a Quaresma? E em relação às tartarugas e jabutis, era possível que o católico consumisse estes animais em períodos de penitência de “carne” e mesmo assim, garantir que a sua alma permanecesse virtuosa? As preocupações morais dos católicos com a ingestão destes animais demonstram que os cuidados com a alma, sobretudo pela crença na possibilidade de salvação após a morte, não dependiam apenas da assiduidade a missas e celebrações católicas, mas se relacionavam, também, aos hábitos cotidianos.

Cabe ressaltar que, nesse estudo, não nos voltamos às relações entre homens e animais somente pelo aspecto da alimentação, mas sim, em como a ingestão dos pescados esteve envolvida em meio aos cuidados com a alma cristã. Para compreendermos esta distinta relação, aproximamo-nos de uma historiografia que, a partir da segunda metade do século XX, visa a compreender como se construiu a sensibilidade humana em relação à natureza, isto é, como o ser humano interagiu e se relacionou

9 Este artigo é parte da pesquisa de doutoramento intitulada “Natureza e religião no Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII)”, que teve como principal objetivo compreender as impressões dos letrados católicos – padres, freis, monges e leigos – sobre o mundo natural dos trópicos. Os escritos sobre os pescados ou “animais da água”, como eram mencionados pelos autores que passaram pela América Portuguesa, foram analisados no terceiro capítulo do estudo, em que foram abordadas as formas de manipulação e melhor aproveitamento destes animais; as metáforas envolvendo os seres aquáticos, a fim de alertar a população católica sobre suas condutas; a aflição de muitos homens diante de homens e monstros marinhos e por fim, as dúvidas acerca da condição de algumas espécies que ora estavam sob a terra, ora sob as águas.

diretamente com o espaço natural e os seres vivos que nele viviam (Asúa, 2005; Duarte, 2019; Santos, 2020; Thomas, 1988). Do mesmo modo, intentamos estabelecer um diálogo com a historiografia ambiental, a fim de compreender as relações entre os mundos humano e não-humano de maneira detalhada, não somente pelas ações que os indivíduos realizaram para sobreviver em espaços desconhecidos, mas pelo modo com que os determinados ambientes, como o aquático, moldaram as intenções humanas (Brito, 2023, p. 151-152). Ao adentrarmos um espaço delimitado – as águas da América Portuguesa – observamos como estas deixaram de ser, exclusivamente, um espaço para obtenção do sustento ou para navegação e se tornaram um espaço de reflexão moral sobre a condição dos distintos animais avistados. Ainda que as descrições sobre peixes-boi e tartarugas contenham preocupações utilitárias de colonizadores e missionários, notamos como as dúvidas sobre os preparos da carne e extrações das couças foram, gradualmente, substituídas por apelos morais, que indicam escrúpulos e temores sobre as ingestões destes pescados em tempos quaresmais e de outras penitências.

Em meio aos estudos da historiografia ambiental, as últimas décadas foram marcadas pela construção de uma área voltada especificamente ao estudo dos seres marinhos americanos em seus ambientes de vivência e como estes foram apropriados de formas distintas pelos povos nativos, e tempos depois, pelos colonizadores europeus (Brito, 2023; Vieira; Garcia; Brito, 2024). Os paradoxos identificados a partir dos modos com que indígenas e europeus se relacionaram com os animais do Novo Mundo contribuem para que possamos identificar o lugar atribuído aos seres aquáticos. Enquanto indígenas compreendiam peixes-boi e tartarugas como animais de fácil captura e de grande valor alimentar, os portugueses pareciam apreender parte destas práticas em seu cotidiano, principalmente os modos de pesca. Ao abordarmos as apropriações católicas sobre estes animais, nos aproximamos da historiografia ambiental marinha, que nos permite identificar os distintos modos de consumir os seres marinhos. Se, entre os nativos, a preocupação era pelo sustento, entre os católicos, a preocupação se manifesta

através dos escrúpulos provocados por uma alimentação que poderia induzir ao pecado mortal.

O espaço em que estes animais estiveram inseridos – respirando sobre as águas ou caminhando pelo solo – influenciou, diretamente, o relacionamento construído pelos homens católicos (Brito, 2023, p. 153). O ambiente mostrava-se mais do que um espaço de vivência, sendo um elemento capaz de influenciar diretamente a condição atribuída aos peixes-boi, tartarugas e jabutis. Principalmente no norte dos trópicos, onde as tartarugas mostravam-se abundantes, esta atenção sobre a ingestão dos seres aquáticos deveria ser redobrada, e ao que tudo indica, as Ordens religiosas que se estabeleceram no Brasil não partilhavam de uma mesma conclusão sobre os modos de ingerir tartarugas e jabutis nas dietas católicas. Se, para os jesuítas, os jabutis mostravam-se uma rica fonte de sustento durante a Quaresma, os franciscanos restringiam-se ao consumo das grandes tartarugas, visto que estas últimas, diferente dos jabutis, permaneciam longos períodos sob as águas. Já sobre os peixes-boi, as conclusões alcançadas eram de que, sim, tratava-se de um peixe, no entanto, ao primeiro arrependimento que pudesse ocorrer, a recomendação era pela abstinência e o seu deleite após o encerramento das penitências. Passados os tempos quaresmais, abstinências e penitências, os católicos estariam autorizados a contemplarem e desfrutarem da criação divina que, apesar dos seus traços distintos, mostrava-se valiosa, diversa e um regalo dos moradores desta América Portuguesa.

AGRADECIMENTO

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela Bolsa de Doutorado (Código de Financiamento 001), que foi concedida para a realização da pesquisa de doutoramento da qual deriva este artigo.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

REFERÊNCIAS

- A BIBLIA Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento*. Traduzida em português segundo a Vulgata Latina e algumas palavras marginais traduzidas segundo o texto hebraico e grego por Antonio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Rua direita das janellas verdes, 1885.
- AMORIM, Maria Adelina. *Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará. Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos*. Lisboa: Universidade de Lisboa/Universidade Católica Portuguesa, 2005.
- ANCHIETA, Joseph de. Do Pe. José de Anchieta ao Padre Geral, de São Vicente, ao ultimo de maio de 1560. In: *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. p. 103-143.
- ARISTÓTELES. *História dos Animais*. Livros I-VI. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.
- ARISTÓTELES. *História dos Animais*. Livros VII-XLisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.
- ASÚA, Miguel de; FRENCH, Roger. *A New World of Animals*. Early Modern Europeans on the Creatures of Iberian America. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2005.
- BETTENDORFF, João Filipe. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2018.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtuologico, Indico, Ifagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico,

- Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rethorico, Rustico, Romano; Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Academia Brasileira Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.
- BRITO, Cristina. *Humans and Aquatic Animals in Early Modern American and Africa*. Amsterdam: Amsterdam University Press B.V, 2023.
- BRITO, Cristina. Pessoas, manatins e o ambiente aquático na América moderna: confluência e divergência nas interações históricas entre humanos e animais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n. 81, p.163-184, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/pNKxx7g5vqrsqfMRfyf57nr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13. nov. 2024.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e da gente do Brasil*. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925.
- CASCUDO, Luis da Camara. *História da Alimentação no Brasil*. v. 2. Cozinha brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- CONCEIÇÃO, Gisele C. *Natureza Ilustrada: Processos de construção e circulação de conhecimento Filosófico-Natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2019.
- CORTESÃO. Apresentação. In: BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Academia Brasileira Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. p. 9-19
- DANIEL, Padre João. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2004.
- DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: Tradições culturais, historiografia e transformação. *Halac – História Ambiental, Latino-americana y Caribeña*, v. 9, n. 2, p. 16-44, 2019.

- ELLIOT, John H. *The old world and the new, 1492-1650*. London: Cambridge University Press, 1970.
- FRANCA, Pe. Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas – O Ratio Studiorum*. 2. ed. Campinas: CEDET – Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico, 2019.
- GENTILCORE, David. *The Levitico, or How to Feed a Hundred Jesuits. Food & History*, Tours, v. 8, n. 1, p. 87-120, 2010.
- KURY, Lorelai. Homens de ciências no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780 -1810). *História, Ciências, Saúde*, v. 11, supl. 1, p. 109-129, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/GL9GPgHLcpNLsdyv7hqDY4N/?lang=pt>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I. Século XVI – O Estabelecimento. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo III (Século XVII-XVIII – Norte – 1 – Fundações e entradas). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943.
- LEITE, Serafim. *Monumenta Missionum Societatis Iesu*. Monumenta Brasiliae II (1553-1558). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1957. p. 67-69.
- LISBOA, Frei Cristóvão de. Carta de Frei Cristóvão de Lisboa a um superior narrando trabalhos de missões no Brasil e queixando-se de agravos praticados pelo Capitão-mor Bento Maciel e pelo Padre Luís da Figueira [1626]. In: AMORIM, Maria Adelina. *Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará. Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos*. Lisboa: Universidade de Lisboa/Universidade Católica Portuguesa, 2005. p. 241-246
- LISBOA, Frei Cristóvão de. *História dos animais e árvores do Maranhão*. Estudo e notas de Jaime Walter, prefácio de Alberto Iria. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1967.
- LOIOLA, Santo Inácio de. *Exercícios Espirituais*. Tradução por Vital Cordeiro Dias Pereira, S.J. 3. ed. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1999.
- MARTINS, William de Souza. *Membros do Corpo Místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

- MONTANARI, Massimo. Modelos alimentares e identidades culturais. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (org). *História da alimentação..* São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- MOREIRA, Antônio. Declaração das raridades do Maranhão de peixes, aves et^o. In: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os animais do Estado do Grão-Pará segundo um manuscrito do Jesuíta Antônio Moreira (ca. 1750). *Arquivos de Zoologia*, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 87-104, 2011.
- NEUMANN, Henderson. *A mesa da Consciência e Ordens no Brasil (1808-1828)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Históricas) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019
- NÓBREGA, P. Manuel da. Do P. Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro [1549]. In: LEITE, Serafim. *Monumenta Missio-num Societatis Iesu*. Missiones Occidentales. Monumenta Brasiliae I (1538-1553). Roma: Via Dei Penitenzieri, 1956. p. 132-145
- PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Os animais do Estado do Grão-Pará segundo um manuscrito do Jesuíta Antônio Moreira (ca. 1750). *Arquivos de Zoologia*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 83-131, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/azmz/article/view/60057/0>. Acesso em: 7. dez. 2024.
- PLINIO el Viejo. *Historia Natural*. 2. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2007.
- PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2000.
- RONDELET, Guillaume. *La premiere partie de L'Histoire entiere des poissons*, composéé premierement en Latin par maistre Guillaume Rondelet Doucteur regente en Medecine en l'université de Mompelier. Maintenant Traduite en François sans avois rien omis estant necessaire à l'intelligence d'icelle. Avec leus pourtraits au naïf. Lion: Par Mace Bonho Meala Masse d'or, 1558.
- SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; FIORI, Marlon Marcel. Tartarugas, índios e colonizadores: a exploração de *Podocnemis expansa* e o povoamento português na Amazônia setecentista. *Topoi*, v. 21, n. 44, p. 350-373, maio/ago. 2020.

- SOARES, Francisco. *Coisas Notáveis do Brasil*. v. 1. Reprodução fac-similar e transcrição dos manuscritos quinhentistas da Biblioteca da Real Academia de la Historia, de Madrid, e da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Edição preparada por A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.
- SOUZA, Jorge Victor de Araújo. *Para além do claustro: Uma história social da inserção beneditina na América portuguesa, c.1580/ c.1690*. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- SCHMIDT, Karl P. The Amphibia and Pisces in the First Edition of the *Systema Naturae*. *Copeia*, v. 1951, n. 1, 1951. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1438043>. Acesso em: 7. jan. 2025.
- TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Monstros e Monstrenços do Brasil*. Ensaio sobre a zoologia fantástica brasileira nos séculos XVII e XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TAUNAY, Affonso de E. *Zoologia Fantastica do Brasil* (séculos XVI e XVII). São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 19__.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500 – 1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- VIEIRA, Antônio. Ao padre provincial do Brasil, 1654. In. VIEIRA, Antonio. *Cartas*, v. I. São Paulo: Globo, 2008.
- VIEIRA, Nina; GARCIA, Ana Catarina; BRITO, Cristina. Manatins e tartarugas no Brasil colonial (XVI-XVIII): Apropriações, extrações, consumos e teleconexões oceânicas. *Anais do Museu Paulista*, v. 32, p. 1-23, 2024.
- WAHLGREN, Richard. Carl Linnaeus and the Amphibia. *Bibliotheca Herpetologica*, v. 9, n. 1-2, p. 5-37, 2011.
- WILLEKE, Fr. Venâncio. *Missões Franciscanas no Brasil (1500/1975)*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- WIRZBA, Norman. *Food and faith: A theology of eating*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Recebido: 14 jan. 2025 / Revisto pelo autor: 1 set. 2025 / Aceito: 11 jun. 2025

Editor responsável: Ely Bergo de Carvalho